

Promovendo o crescimento sustentável da produtividade

Três conjuntos de reformas-chave



BANCO MUNDIAL
BIRD • AID | GRUPO BANCO MUNDIAL

AGO
2018





Produtividade estagnada nas últimas décadas

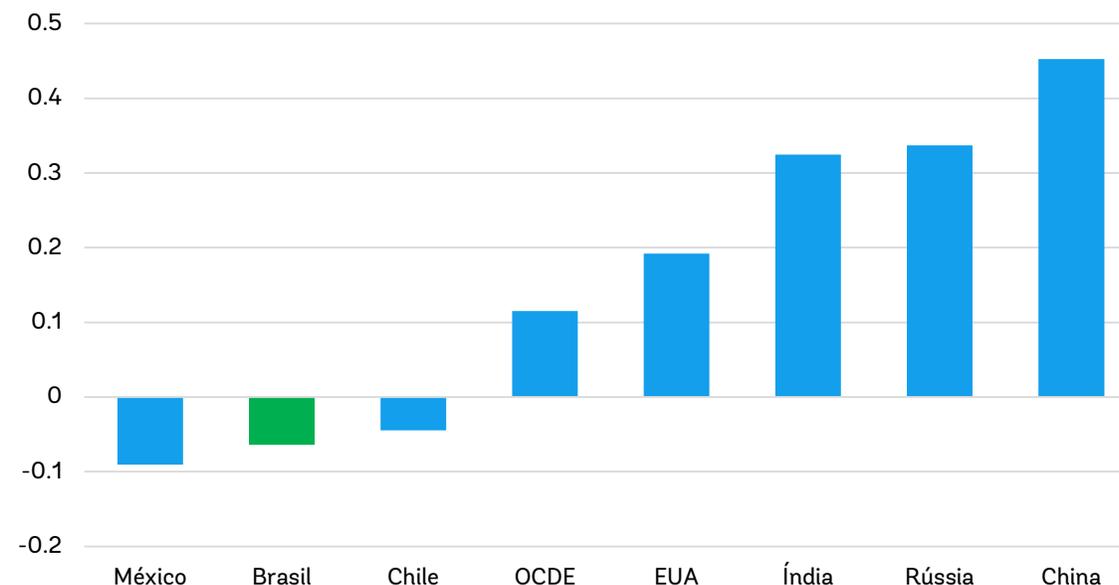
PTF* teve contribuição insignificante para o crescimento do PIB e o seu crescimento foi negativo nos últimos 20 anos.

Sem um aumento significativo nos investimentos de capital e na PTF, a convergência para níveis mais altos de renda será difícil de atingir e o crescimento desacelerará.

A PTF pode complementar o investimento, impactando diretamente no crescimento econômico e indiretamente atraindo investimentos para melhorar o estoque de capital e aumentar a eficiência.

*PTF: Produtividade Total dos Fatores.

Crescimento na produtividade total dos fatores durante 1995-2014



Fonte: Cálculo do Banco Mundial usando dados do Penn World Tables (2016)



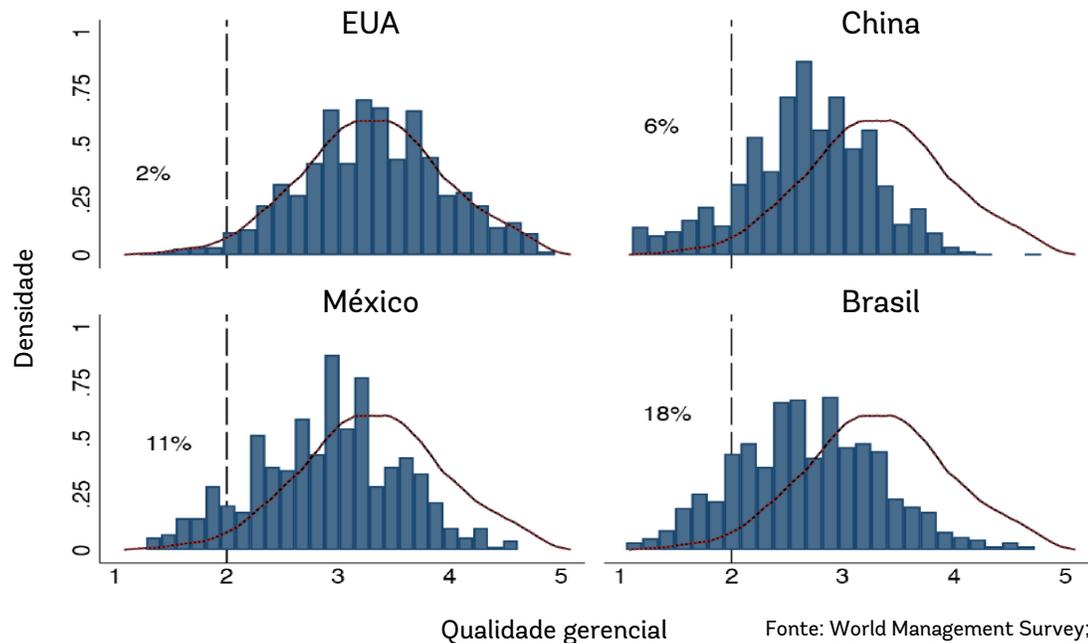
Há várias dimensões para o problema da produtividade no Brasil

O problema de produtividade no Brasil é onipresente e é explicado pelo desempenho decepcionante em todos os seus componentes: entrada e saída de empresas do mercado, realocação entre setores e empresas e crescimento interno de produtividade limitado

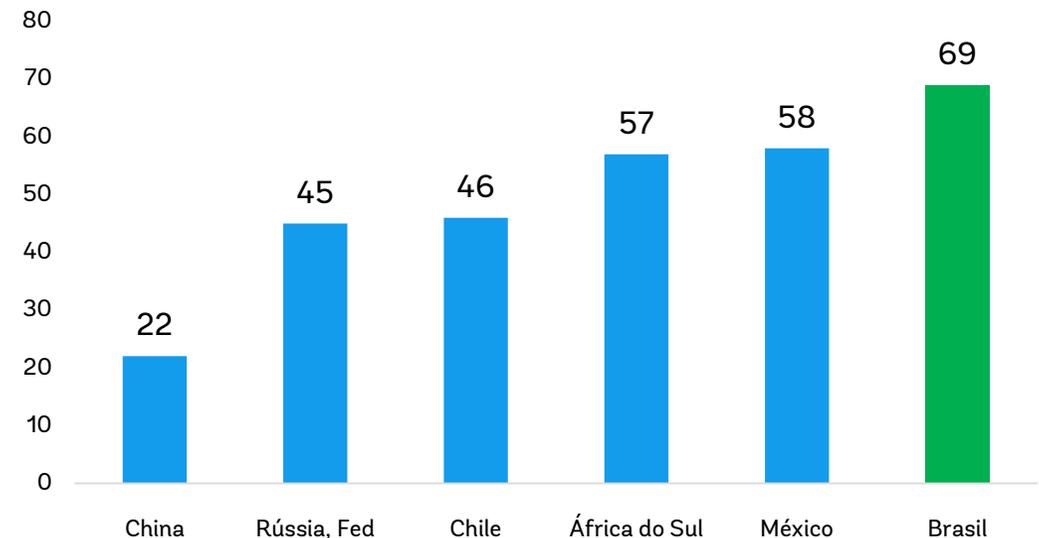
A dimensão interna da produtividade:

Práticas gerenciais inadequadas e baixo investimento em inovação, resultam em menor produtividade

Distribuição da qualidade de gestão das empresas em relação aos EUA



Índice de Inovação Global



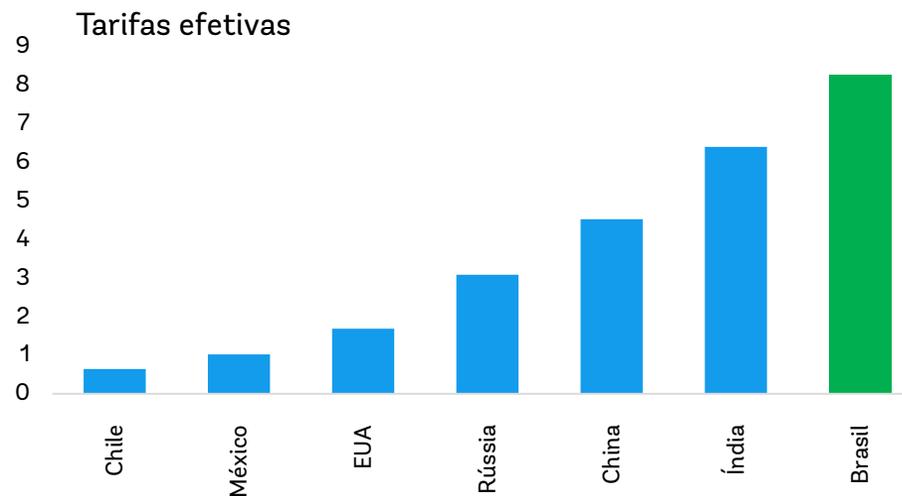
Fonte: Ranking Global Innovation Index, Relatório de 2017
Nota: Ranking entre 127 países, 1=primeiro colocado



Há várias dimensões para o problema da produtividade no Brasil

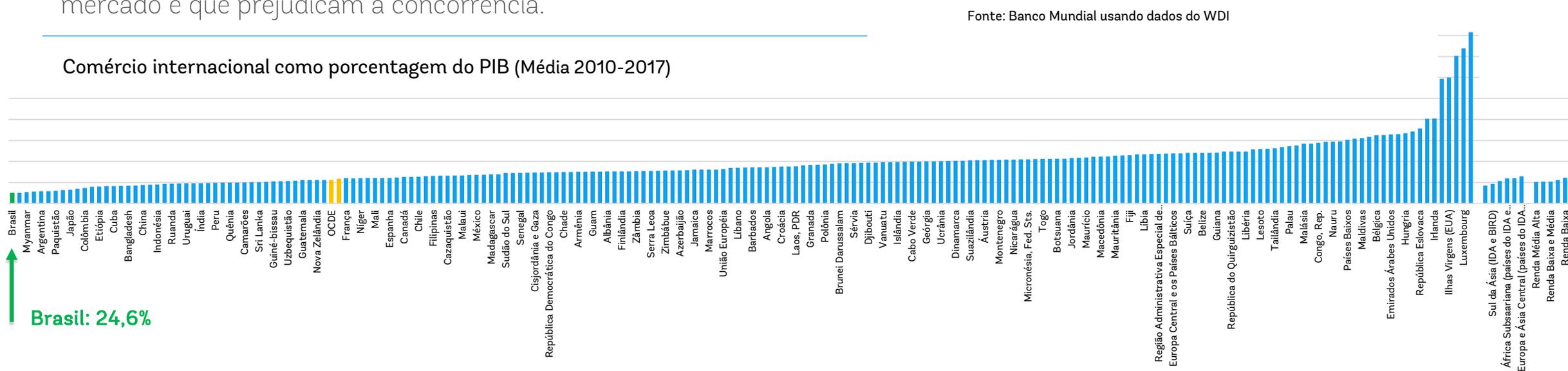
A dimensão externa da produtividade: Tarifas altas, barreiras não tarifárias e requisitos de conteúdo local abrangentes reduzem a concorrência e distorcem o acesso a insumos e novas tecnologias.

- O Brasil é um país muito fechado: a média de comércio como percentual do PIB entre 2010 e 2017 foi 24,6%, a menor entre mais de 200 países avaliados e com tarifas mais altas na importação.
- Alto custo de fazer negócio: o Brasil ficou em 125º no ranking *Doing Business* do Banco Mundial.
- Políticas públicas federais complexas e distorcidas custam ao Estado 4,5% do PIB (sem contar isenções fiscais e subsídios em nível estadual), muitas vezes sem objetivo claro para lidar com falhas de mercado e que prejudicam a concorrência.



Fonte: Banco Mundial usando dados do WDI

Comércio internacional como porcentagem do PIB (Média 2010-2017)





Buscar processo de reformas em três etapas

A agenda de reformas precisa ter compromissos e marcos claros, e focar em três aspectos:

Políticas comerciais: aumentar concorrência e acesso a insumos, tecnologias e novos mercados

- Liberalização de bens de capital e TI para facilitar a difusão de tecnologias, além da conclusão do acordo de comércio Mercosul-UE ou ampliar a liberalização comercial no Mercosul; e
- Criação e implementação de um programa nacional de assistência comercial com requalificação e transferência de renda para apoiar trabalhadores prejudicados pela abertura comercial.

Reforma tributária: avançar na reforma e simplificação tributária, seguida da consolidação dos impostos indiretos em um único, para reduzir os encargos e custos incidentes no setor privado (ver nota sobre reforma tributária).

Novas políticas industriais baseadas na inovação: redesenho de programas de apoio ao setor privado para privilegiar a competitividade, abordando falhas de mercado e eliminando distorções. Esses incluem:

- Substituição das isenções e requisitos de conteúdo local por programas de desenvolvimento de fornecedores e melhoria de qualidade;
- Expansão e unificação de programas que visam diretamente à melhoria da produtividade e da qualidade, como os programas Brasil Mais Produtivo, e outros instrumentos de SEBRAE e SENAI;
- Consolidar programas de apoio à adoção de tecnologia (no SEBRAI, SENAI, EMBRAPPII, ABDI, BNDES ou FINNEP) sob um único guarda chuva; e
- Replicar em outros programas da linha PRONATEC o desenho de orientação por demanda utilizado no PRONATEC-MDIC.



Riscos e desafios do processo de reforma

Por onde começar e que riscos observar?

- Há várias reformas em andamento / inacabadas, como simplificação tributária ou proteção comercial usando instrumentos para incentivar certas indústrias domésticas (por exemplo, Lei de Informática).
 - Grandes grupos não competitivos reduzem a concorrência e distorcem o mercado fortemente: eles podem interromper o processo de reforma e impactar a natureza das políticas de apoio que se tornam compensatórias, em vez de aumentar a competitividade
 - A grande fragmentação institucional aumenta o número de ministérios e agências de implementação com diferentes agendas que frequentemente competem entre si e criam ineficiências.
-

Quem lidera a reforma?

- Solucionar o problema de coordenação criando uma comissão de produtividade interministerial (ao exemplo da Austrália, Nova Zelândia e México) com uma secretaria empoderada para garantir a coordenação e liderança do processo de reforma
 - As principais tarefas da secretaria seriam:
 - 1.** propor reformas relacionadas especificamente à produtividade,
 - 2.** supervisionar a implementação efetiva dessas reformas,
 - 3.** coordenar diferentes ministérios e agências em torno da agenda da produtividade, e
 - 4.** monitorar o crescimento da produtividade e suas principais limitações.
-



Esforço de reforma em três frentes

ÁREA DA REFORMA	CURTO PRAZO	MÉDIO PRAZO
REFORMA POLÍTICA COMERCIAL	<ul style="list-style-type: none"> • Liberalização de bens de capital e TI • Desenho de um programa de assistência ao ajuste da reforma comercial 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma comercial coordenada no Mercosul — redução de tarifas em 50% para países de fora do Mercosul
REFORMA TRIBUTÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de processo de simplificação tributária (ver nota de política sob o sistema tributário) 	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução de Sistema de VAT (tributação do valor agregado – ver nota de política sob o sistema tributário)
REFORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS DE APOIO AO SETOR PRIVADO	<ul style="list-style-type: none"> • Racionalização das políticas de conteúdo local • Sistematização de incentivos fiscais com base em evidências de impacto • Difusão do modelo PRONATEC-MDIC para outros programas do PRONATEC 	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão e integração de programas que visam diretamente à produtividade e à melhoria da qualidade • Expansão e integração de programas que apoiam diretamente a adoção de tecnologia



Principais mensagens

As perspectivas de crescimento econômico do Brasil e sua transição para país de alta renda dependem largamente de sua capacidade de acelerar o crescimento da produtividade.

O problema da produtividade no Brasil é estrutural e tem várias dimensões: requer que várias reformas sejam realizadas simultaneamente, de preferência a partir de um acordo de concertação nacional.

Especificamente, nossa proposta é começar com um conjunto de reformas focadas em três aspectos:

1. Redução unilateral de tarifas de bens de capital e TI, seguida de uma reforma mais ambiciosa da Tarifa Externa Comum do Mercosul, para aumentar a concorrência e facilitar o acesso a insumos e tecnologia;

2. Implementação de um processo de simplificação tributária, seguido da consolidação de impostos indiretos em um único, para reduzir os encargos e custos no setor privado; e

3. Repensar e reformar as políticas industriais para combater as falhas do mercado, eliminar os gargalos e distorções, a fim de apoiar a inovação e a competitividade.



BANCO MUNDIAL
BIRD • AID | GRUPO BANCO MUNDIAL

www.worldbank.org

<http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/brief/brazil-policy-notes>